

INFORMAÇÃO e

PROPAGANDA POLÍTICAS

PROF. SULLY ALVES DE SOUZA

"NÃO HÁ VERDADEIRA DEMOCRACIA SENÃO ONDE O POVO É MANTIDO INFORMADO, ONDE É CHAMADO PARA CONHECER A VIDA PÚBLICA E DELA PARTICIPAR. (1)"

Certas palavras adquirem, na vida dos povos, matizes especiais que as marcam com deturpação ou exaltação verdadeiramente impeditivas de uma utilização normal.

Isso ocorre com a propaganda política, expressão marcada por um labéu de origem recente. A utilização de tal instrumento pelos regimes fascista, nazista e comunista com toda a gama de uma técnica já avançadíssima para a época em que foi utilizada pelos dois primeiros, a integração daquela atividade na própria estrutura do Estado, em nível de Ministério, a sua utilização cientificamente estudada, para a justificação de toda a filosofia daqueles regimes e da atuação dos seus governantes, motivaram um sentimento de nítida desconfiança em relação à palavra e à atuação a que ela corresponde, praticamente impedindo o "outro" regime, o democrático, de utilizar semelhante recurso, ante o geral entendimento de que é peculiar aos regimes autoritários.

(1) *A Propaganda Política*, Jean-Marie Domenach, Difusão Européia do Livro, 2.ª edição, S. Paulo, 1963, pág. 127

De fato, a democracia não se defendeu devidamente ou não conseguiu fazê-lo, naquela época e ainda hoje, dos ataques que tal propaganda lhe fez, ou, talvez, tentando fazê-lo, não obteve e não está obtendo os resultados esperados.

Entretanto, tal passividade, perplexidade ou ineficiência devem ser vencidas, pois nesta era tecnológica, em que o povo precisa ser convencido, parece que a democracia social dos nossos dias deve ser propagada de modo que o povo se sinta motivado a adotar o regime como o que lhe convém, se é que isto realmente ocorre.

Não parece ser verdade que a democracia se imponha por si mesma, sem qualquer necessidade de divulgação. Os apêlos, vindos através de moderna técnica publicitária, que atuam sobre a mente popular, exaltando as excelências dos outros regimes precisam ser enfrentados com técnica adequada que demonstre as reais vantagens do regime que se adota.

E para os temerosos dessa atividade num regime democrático, vale lembrar que há estudiosos da política pensando que "mesmo num estado democrático há uma utilização válida para a propaganda oficial" (2), embora se reconheça que "os governos democráticos não têm tentado coordenar os esforços publicitários de vários departamentos pois a maioria dos estados vê a centralização da publicidade governamental como uma ameaça política" (3).

Claro que o problema não é de fácil solução, pois a propaganda política numa democracia, tanto quanto possível, tem que ser verdadeira, isto é, não deverá fugir das realidades, algumas talvez não muito lisonjeiras, mas que a moderna técnica publicitária saberá como apresentar.

Com tal disposição, deve ser vencida a timidez que vem impedindo os democratas de divulgarem as virtudes de seu regime. Devem os dirigentes transmitir aos seus dirigidos a mensagem de seu convencimento que resultará, possivelmente, num sentimento de adesão.

Se os governados não se sensibilizarem com as "mensagens", se entenderem que o regime propagado não é o melhor, isto é, se a propaganda der pouco resultado ou, mesmo, resultar inútil, embora toda a técnica empregada, então o regime, para aquele povo, não está bom e algo deve ser mudado. Ainda assim, tal propaganda já terá produzido um resultado de aferição.

De um governo democrático moderno se exige que seja escolhido pelo povo, que represente a idéia dominante, que atue em conformidade com aquela idéia. Mas modernamente também, embora aplicando simplesmente um conceito de Maquiavel, o governante deve criar condições de se manter firmemente em seu cargo, pois é evidente que o povo não suporta governos fracos, tímidos, que não sabem manter a sua autoridade, que não sabem se defender e garantir a sua permanência. Chega a ser uma afronta ao povo desmerecer da escolha, não dando o devido valor e a devida guarda ao mandato confiado: a fraqueza do governante não merece, positivamente, apoio popular.

E parece que nenhum governo democrático pode dispensar esse apoio, uma adesão que lhe dê base social que, por outro lado, implica num processo

(2) Political Science, Jacobsen and Lipman, editôres Barnes & Noble, 1959, pág. 103.

(3) Idem, idem, mesma página.

de fundo psicológico gerando euforia, entusiasmo, motivação para a vida e para o trabalho, tudo levando não só a uma satisfação maior do povo como, até mesmo, a afetar a produtividade nacional. A falta deste processo pode ser responsável pela “ausência” que importa em o cidadão se desvincular das coisas de interesse coletivo, passando a ser, unicamente, o reivindicante de seus próprios interesses.

“O único critério para a concretização da liberdade é saber se o indivíduo participa ativamente ou não da determinação de sua vida e da sua sociedade, e isto não apenas através do ato normal de votar, porém na sua atividade diária, no seu trabalho e em suas relações com outras pessoas” (4).

Há necessidade, portanto, de despertar-se o interesse geral pelos negócios públicos. Mas isso só se obtém “se estiver presente a oportunidade de participação efetiva na política” (5). Não se espera, evidentemente, que todos tenham tal interesse, nem que este seja exagerado, o que, talvez, nem seja útil: “o extremo interesse pode culminar no fanatismo rígido, capaz de destruir o processo democrático, se generalizado para toda a comunidade” (6). “O democrata estaria razoavelmente satisfeito se tal se verificasse por parte de considerável maioria e provavelmente consideraria melhor do que nada se apenas uma minoria tivesse esse interesse, desde que a mesma estivesse distribuída nos vários setores da comunidade e não contida exclusivamente em uma classe ou grupo” (7).

Tal apoio, já se viu, não ocorre naturalmente, ainda que o governante seja da melhor qualidade, ainda que o seu programa de governo e a sua atuação sejam do maior interesse para o país.

Para obtê-lo, é necessário que o povo aceite tal programa e tal atuação, que compreenda os motivos das grandes decisões, que entenda a “política geral do governo”.

Para tanto, não se precisa chegar à propaganda, bastando utilizar a informação dos fatos, das atitudes, a explicação de suas razões, mas faz-se necessária uma boa técnica dessa divulgação para que ela atinja os seus fins.

Recomenda-se o estilo direto de informação política: há que apresentar projetos viáveis, prestar contas claras, saber traduzir a nomenclatura técnica nas coisas que o povo precisa saber, em termos inteligíveis; finalmente, há que convencer massas que estão ávidas de “compreender” os problemas e não estão absolutamente dispostas a se embarçar com eles.

Além de precisar entender as coisas que se passam, o povo também precisa crer em algo que lhe dê a motivação para participar de um regime que se diz “do povo”, mas precisa convencê-lo de que é de fato. Numa etapa muito primária, se o povo não consegue entender a mensagem de ação e dos programas, ao menos precisa crer na pessoa do governante, ter confiança nele, esperar que, no intrincado dos problemas nacionais, ele saiba conduzir o barco do Estado aos destinos esperados.

(4) O Médico e a Liberdade, Erich Fromm, Zahar, Rio, 1960, pág. 223.

(5) Teoria Política, G.C. Field, Zahar, Rio, 1959, pág. 139.

(6) Voting (Bereison, Lazarsfeld e McPhee) University of Chicago, 1954, pág. 314.

(7) Teoria Política, G.C. Field, Zahar, Rio, 1959, pág. 140.

Esta confiança primária e única, não no governo mas na pessoa do governante, que pode levar ao carisma, ainda que não o ideal democrático, já é melhor que nada, que a apatia, o conformismo esteril, a não participação.

Inicialmente, seria desejável que uma motivação central captasse um sentimento de adesão e receptividade para o trabalho do governante, criando o lastro de apoio às atitudes a serem tomadas. As palavras atuais para essa cristalização central parecem ser "nacionalismo" ou "desenvolvimento" para as nações subdesenvolvidas, cujos povos se acham esmagados e perplexos ante a crença de que, se não se desenvolverem, rapidamente, cada vez mais estarão condenadas a uma estagnação que se mostra principalmente terrível em comparação com algumas outras nações que se desenvolvem velozmente: isto gera um sentimento de humilhação nacional irremediável, de uma inferioridade inarredável ante os países desenvolvidos e a descrença em qualquer regime ou instituição que não apresente planos para a saída dessa situação.

Este ponto central, catalizador, parece de grande importância ante a constatação de que o homem, além de se convencer, deve se impressionar com as mensagens ou, ao menos, com uma mensagem básica. Um ponto acima desse, se tal puder acontecer, será a obtenção de uma mística não a que leva ao fanatismo mas a que permite sobrepor um certo valor aos pequenos valores da vida política, que, por vezes, emergem como fatores de perturbação apenas por falta de um valor maior.

Atingida tal cristalização, o governo deve obter o apoio e a motivação popular para as suas metas, inicialmente divulgando-as e depois demonstrando que as está cumprindo, dizendo, francamente, das dificuldades que ocorrem no desenvolvimento dos planos, mas dando ciência, também, dos avanços conseguidos; êxitos e fracassos devem ser transmitidos ao povo, claro que tudo "tecnicamente", ordenada e adequadamente, de modo a atingir a finalidade que se pretende.

Esta "satisfação" dada ao povo fá-lo sentir-se como um participante da vida pública, que não pode ficar reduzido à limitada e periódica participação no processo eleitoral mas deve ter consciência de uma atuação sensível no presente e no futuro da nação.

É saudável a instituição do hábito de "prestar contas ao povo" de forma clara, agradável, "técnica" no melhor sentido de que as coisas devem ser bem apresentadas, com oportunidade, clareza, método e real interesse em informar, sem excessos ou demagogias.

Claro que, em certas áreas, o governo tem que ser discreto, como ocorre na de relações exteriores.

Em compensação, há outras onde a fala do governo parece indispensável. Veja-se, no caso brasileiro, a área do trabalho e da previdência social, da habitação, da saúde, da educação, para citar algumas.

Focalizemos, a respeito, algo de recente na vida brasileira.

O programa nacional de habitação, ambicioso, ávido de dinheiro, que foi conjugado com a idéia de um fundo de garantia de tempo de serviço do traba-

lhador, precisava de uma divulgação da melhor qualidade que parece estar sendo feita dentro da realidade e as possibilidades brasileiras. Veja-se que o trabalhador necessitava saber da existência de uma opção entre o regime antigo de estabilidade trabalhista e o novo de tradução, em dinheiro, da indenização correspondente e, ainda, que tal dinheiro se destinava ao financiamento do programa de habitações, um problema que dificulta a vida brasileira, e aumenta cada vez mais ante o enorme crescimento demográfico.

Nessa divulgação, entretanto, surgiu como fator negativo a maneira inadequada pela qual foi apresentada a possibilidade de opção do trabalhador, apresentação de tal maneira inábil que tal programa, hoje aparentemente aceito como de real interesse para o trabalhador e para o país, foi, inicialmente, visto com a maior das desconfianças pela quase totalidade dos sindicatos. Com efeito, a apresentação inicial do problema como um sistema que visava nova fórmula em substituição à "superada" instituição da estabilidade do empregado foi a pior possível, pois atacava algo que o povo já tinha entendido e que considerava uma conquista, apresentando-se a nova idéia com um sentido realmente infeliz de minimizar aquela conquista, o que, aliás, nem era verdadeiro.

Evidente, no caso citado, a falta de perspectiva para entrosar a divulgação da nova idéia com a compreensão e o sentimento popular em torno do assunto tratado.

Veja-se a emergência atual em matéria de salários, que tem levado o governo à desagradável situação de manter uma certa contenção por ele justificada pelo cuidado em evitar, tanto quanto possível, que seja elevado o custo de vida. Claro que o povo não pode, sem mais, aderir a tal política, sofrer sorrindo os cortes no seu orçamento, sem que algo lhe seja dito e o convença de que tais medidas são absolutamente necessárias face à conjuntura. E mais, sem que lhe seja dito que tal posição se faz indispensável não só no interesse de todos como no próprio interesse de cada um. Finalmente, que se trata de uma situação transitória, precisamente necessária para o preparo de melhores dias. Neste ponto pode-se verificar a atuação positiva do governo, tentando, através do Ministro Jarbas Passarinho, explicar, de todos os modos e a todas as classes que lhe oferecem a oportunidade, a razão do procedimento, levando aos sindicatos, às universidades e às associações de classe as explicações sobre os cálculos que redundam nos números limitativos e as explanações, mesmo teóricas, sobre o procedimento que vem sendo adotado. Certo ou errado o governo na sua política, teve, neste ponto, a coragem e a habilidade de pôr tão delicado problema em verdadeiro debate público nos auditórios, na imprensa, no rádio e na televisão, sujeitando-se às críticas, dispensando tempo e energia, empregando inteligência e mostrando convicção em tal divulgação que se fazia, evidentemente, necessária e que, aparentemente, neutralizou a desconfiança inicial.

Do mesmo modo que o povo precisa saber e compreender o que o governo faz, este, também precisa saber o que o povo reivindica e o que pensa dele, como é vista a atuação governamental.

"Para manter um sentimento de nação, um sentimento de participação, deve haver de forma crescente, uma comunicação bilateral ... O sistema político, para transmitir tais transformações, deve esforçar-se para obter dados de seus

representantes locais ... Deve haver caminhos para a crítica de políticas e processos, tanto regional quanto nacionalmente..." (8).

Parece claro antes de tudo, que o povo deve ter uma imagem nítida, não deturpada do comportamento governamental, o que só pode ser obtido se o governo tiver sabido bem informar. A imagem decorrerá do que se sabe e do que se compreendeu. O desinteresse senão uma inconsciente reação será o preço a ser pago pelo silêncio, pela informação mal dada ou pela mensagem ininteligível.

O fato de a própria opinião pública ou a vontade popular poderem ser o resultado de uma artificial manipulação, ou seja, de padecerem de inautenticidade, não deve interferir no afirmado, pois o homem não pode fugir de seu meio. "Como podem as criaturas expressar "sua vontade" se não têm vontade nem convicção próprias, se são autômatos alienados cujos gritos, opiniões e preferências são manipulados pelas grandes máquinas condicionantes?" (9). A aceitação destas perguntas, como excludente irremediável ou insanável da participação do povo numa democracia, levaria, afinal, à sua própria negação.

Evidentemente, só com liberdade de expressão será possível conseguir saber-se exatamente o que o povo pensa, em que pese uma outra possível deformação decorrente do acesso aos meios de divulgação, sujeitos, como é natural num regime de liberdade, às pressões e influências de certos grupos, o que demanda uma certa triagem na apreciação do verdadeiro valor de tais manifestações. Num regime de falta de liberdade, por outro lado, é evidente que a deformação decorrerá da influência única do grupo dominante.

De posse de tais dados, poderá o governo saber se as idéias que está aplicando e se a sua atuação correspondem aos anseios dos governados, podendo, então, saber se ocorre a sempre desejada adequação governantes-governados, que, evidentemente, desaparece quando o governo se nega a "convidar o povo a se unir às soluções que ele julga oportunas" (10).

É certo que a simples informação oficial pode-se tornar "sugestiva" aproximando-se da propaganda tendenciosa quando tenta incurtir algo de conveniente para a política dominante.

"Em muitos casos, faz-se muito mais do que uma simples apresentação, naturalmente elogiosa, das atividades e políticas postas em prática pelo país considerado. Não mais se trata de informar o cidadão, mas sim de levá-lo a pensar de certa maneira, de não lhe deixar nenhuma oportunidade de evadir-se no círculo no qual se pretende fechá-lo ("a violação dos espíritos", para empregar uma expressão que nada tem, sem dúvida, de exagerada)" (11). Tal perigo, entretanto, fica minimizado num regime onde tal deturpação pode ser logo apontada.

De toda sorte, parece-nos, tal perigo é infinitamente menor que o que decorre do hiato povo-governo em regime que pretenda ser democrático.

(8) Comunicações e Desenvolvimento Político, Lucian W. Pye, Zahar, Rio, 1967, pág. 31.

(9) Psicanálise da Sociedade Contemporânea, Erich Fromm, Zahar, Rio, 1959, pág. 191.

(10) Traité de Science Politique, Georges Burdeau, Vol. I, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1949, pág. 350.

(11) A Ciência Política, Jean Meynaud, FGV, 1960, pág. 264.